

HABEAS CORPUS Nº 562.262 - SP (2020/0039290-7)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado de próprio punho em face de acórdão assim ementado (fl. 70):

REVISÃO CRIMINAL - HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2^a, I e III c.c. § 4º, 61, II, V e VI 65. I, todos do CP) - RÉU QUE MATOU O PRÓPRIO FILHO, QUE CONTAVA COM 07 MESES DE IDADE, MEDIANTE ASFIXIA, ASSIM AGINDO PARA VINGAR-SE DA EX-COMPANHEIRA - PRELIMINAR DE NULIDADE - ALEGAÇÃO DE QUE O TEOR DA DECISÃO QUE DETERMINOU A MANUTENÇÃO DAS ALGEMAS DO RÉU EM PLENÁRIO TERIA INFLUENCIADO NO ÂNIMO DOS JURADOS - INOCORRÊNCIA - DECISÃO DOS JURADOS QUE TEVE LASTRO NAS ROBUSTAS PROVAS DO PROCESSO - NULIDADE, ADEMAIS, NÃO RECLAMADA NO MOMENTO OPORTUNO - PRECLUSÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 571, VIII, DO CPP - QUALIFICADO RAS QUE ENCONTRAM RESPALDO NA PROVA COLHIDA - IRRELEVÂNCIA TENHA O EXAME NECROSCÓPICO ATESTADO QUE A MORTE DO INFANTE OCORREU EM RAZÃO DE TRAUMA CRÂNIO-ENCEFÁLICO - RÉU QUE, ALÉM DE SOCOS E CHUTES, TAMBÉM ESGANOU O FILHO, FAZENDO INCIDIR A QUALIFICADORA, PORQUANTO CAUSOU MAIOR SOFRIMENTO À VÍTIMA, POUCO IMPORTANDO NÃO TENHA SIDO A ASFIXIA A CAUSA EXCLUSIVA DA MORTE - VERSÃO DO RÉU EM PLENÁRIO QUE PROCUROU MINIMIZAR SUA CONDUTA - NÃO RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO - EXISTÊNCIA, ADEMAIS, DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SOBRE O TEMA, A AFASTAR A TESE ESPOSADA EM SEDE REVISIONAL - PENAS EXASPERADAS DE FORMA JUSTIFICADA - REVISÃO QUE NÃO SE PRESTA A REVER CRITÉRIOS DE FIXAÇÃO DE PENA, SALVO NO CASO DE GRITANTE INJUSTIÇA OU ERRO JUDICIÁRIO, O QUE NÃO É O CASO DOS AUTOS - REVISÃO INDEFERIDA.

Consta dos autos condenação pela prática do crime tipificado no art. 121, § 2º, I e III, c/c o § 4º, parte final, e 61, II, *a* e *e*, 65, I, todos do CP, às penas de 24 anos, 2 meses e 10 dias de reclusão, em regime fechado.

O impetrante alega, em síntese, que é contrária à prova dos autos o

reconhecimento das qualificadoras, que é desproporcional o aumento em 1/3 na pena-base e a que não pode ser utilizada qualificadora como circunstância agravante, bem como que deve ser reconhecida a atenuante da confissão.

Nesse sentido, requer, por isso, o afastamento das qualificadoras e a diminuição da pena.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou denegação.

É o relatório.

DECIDO.

Com relação ao afastamento das qualificadoras consta do acórdão os seguintes fundamentos (fls. 75/77):

[...] O reconhecimento das qualificadoras (motivo torpe e asfixia) igualmente não se deram em afronta à evidência dos autos.

As provas bem demonstraram que os constantes atritos entre o réu e sua mulher Thais de França Bezerra causaram o rompimento do relacionamento. Em razão disto, inconformado, **o réu passou a ameaçar a ex-companheira de que a mataria e também o próprio filho, caso ela não reatasse o relacionamento. Daí a motivação torpe, ou seja, o réu matou o próprio filho para vingar-se da ex-companheira que se recusou a reatar com ele.**

De se observar que os argumentos lançados no pedido revisional não se aplicam ao caso em tela. Aqueles dizem com eventual afastamento da motivação torpe (ou fútil) quando o homicídio vem precedido de desentendimentos e discussões entre o agressor e a vítima, o que não é o caso dos autos.

Quanto à segunda qualificadora (asfixia), certo que o laudo de exame de corpo de delito atestou que a morte da criança decorreu de traumatismo crânio-encefálico.

Não se olvide, porém, que o resultado do exame necroscópico chegou a fundamentar a exclusão da qualificadora na decisão de pronúncia, o que motivou a interposição de recurso em sentido estrito por parte do Ministério Público, tendo a Colenda 3ª Câmara Criminal desta Corte dado provimento ao recurso ministerial para fazer incluir na pronúncia referida qualificadora.

Constou do referido aresto:

No entanto, como bem fundamentado pelo Promotor de Justiça, ao tempo do crime, impossível seria ao recorrido ter consciência de qual de suas ações daria causa a morte da vítima. **Assim, praticadas as condutas de golpear e asfixiar o ofendido em um único espaço de tempo, conclui-se que a ação de esganá-lo foi praticada com a intenção de matar, ainda que não tenha sido a efetiva causa mortis.**

Destarte, consta, ainda, **do mencionado exame necroscópico de fls. 37/42, a constatação de uma "ação constritiva sobre o pescoço" da vítima, motivo pelo qual de rigor o reconhecimento da qualificadora decorrente do emprego de asfixia" (fls. 269).**

Acrescente-se que a asfixia constitui meio cruel, circunstância a

qualificar o delito, porquanto impõe maior sofrimento à vítima. Assim, o fato da morte da vítima ter se dado em decorrência de traumatismo crânio-encefálico, não está a ensejar o afastamento da qualificadora, **porquanto a prova dos autos bem demonstrou que o réu valeu-se também de asfixia, impondo maior sofrimento ao ofendido, pouco importando não tenha sido esta, exclusivamente, a causa da morte.**

Como bem lembrou o ilustre Procurador de Justiça em seu parecer, o réu, na fase policial, disse **ter agredido a criança com socos e murros, além do que "pegou Cauã pelo pescoço e passou a enforcá-lo", sendo "que ele ficou roxo e não mais passou a chorar" (fls.10/11).**

Portanto, o reconhecimento das duas qualificadoras pelo Conselho de Sentença encontrou respaldo nas provas dos autos, não as contrariando, portanto. [...]

No que toca ao pedido de afastamento das qualificadoras, tem-se que o colegiado do Tribunal de origem, soberano na análise das provas, ao analisar as provas do caso concreto, quais sejam, as provas orais e exames periciais, entendeu devida a manutenção da qualificadoras.

Quanto ao motivo torpe, a incidência tem lugar em virtude de brigas e desentendimentos que o impetrante tinha com a mãe da vítima, ex-companheira, de modo que matou o próprio filho por motivo de vingança.

No que concerne ao inciso III do art. 121 do CP, porque existiu utilização de meio cruel para a morte do recém-nascido, tendo em vista que se utilizou de meio cruel, tendo proporcionado excessivo sofrimento, com socos, murros e enforcamento.

Dessa forma, estando suficientemente fundamentado o reconhecimento das qualificadoras, alterar tal entendimento demandaria a análise da matéria fático-probatória, o que é vedado na via eleita. Nesse diapasão, cito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE. DEPOIMENTO PRESTADO PELA TESTEMUNHA E UTILIZADO PELO PARQUET NO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI. DEPOIMENTO CONSIDERADO VAGO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE CIÊNCIA SOBRE O CONTEÚDO DO TESTEMUNHO. MATÉRIA NÃO CONSTANTE NOS AUTOS. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. INADMISSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.
[...]

3. Consignado pelo Tribunal de origem que o recurso que dificultou a defesa consistiu no fato de a vítima ter sido surpreendida e alvejada pelas costas, a reversão das premissas fáticas encontra óbice na Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1775165/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 05/09/2019, DJe

12/09/2019).

Com relação à dosimetria, consta do acórdão (fls. 77/80):

[...] Relativamente à pena aplicada, igualmente não prospera o pedido revisional.

Os fundamentos lançados pela Magistrada bem justificam a elevação de 1/3 logo na primeira fase de dosimetria, levando-se em conta as circunstâncias descritas no artigo 59 do Código Penal, desfavoráveis ao réu, **tendo em vista a elevada culpabilidade, personalidade, circunstâncias em que se deu a prática criminosa e as consequências do crime, as quais ultrapassaram a normalidade do tipo. Não bastasse, o réu já ostentava condenação por lesão corporal contra o próprio avô, mais um elemento considerado pela Magistrada para a elevação da pena-base em um terço.**

De se observar que o fato do trânsito em julgado da condenação anterior (crime de lesão corporal) ter se dado após a data do homicídio aqui tratado não importa em afastamento de maus antecedentes, conforme jurisprudência colacionada pelo ilustre Procurador de Justiça em seu parecer, que ora transcrevo:

[...]

Também não comporta acolhimento o pedido de redução da pena pelo reconhecimento da atenuante da confissão.

De se ver que o réu admitiu em plenário que apenas agrediu violentamente o filho, acreditando tê-lo matado, afirmando, porém, que de nada se lembrava, pois estava alcoolizado e sob efeito de drogas, buscando, assim, minimizar sua conduta.

Ainda que se admita que as palavras do réu, mormente aquelas prestadas durante o sumário de culpa, estariam a autorizar o reconhecimento da atenuante da confissão, uma vez que de suas palavras foi possível chegar-se à autoria do crime, não se há negar que as justificativas lançadas pelo acusado quando de seu depoimento em plenário acabaram por autorizar o afastamento da atenuante, uma vez existir na jurisprudência decisões no sentido de que, para o reconhecimento da atenuante da confissão, esta deve ser sincera e completa, o que não ocorreu em plenário.

E, havendo divergência jurisprudencial sobre o tema, conforme decisão colacionada pelo ilustre Procurador de Justiça em seu parecer, impossível o reconhecimento da atenuante nesta sede revisional.

O mesmo ocorre com a alegada impossibilidade de utilização da segunda qualificadora como circunstância agravante. O tema igualmente diverge na jurisprudência, não se mostrando possível o acolhimento de uma tese em detrimento de outra na via revisional.

[...]

Na aplicação da pena, seguiu-se o acréscimo de 1/6 em razão da agravante do artigo 61, II, "e", do Código Penal (genitor da vítima), a redução na mesma proporção de 1/6 em face da menoridade relativa do réu (art. 65, I, do Código Penal), seguindo-se, por fim, o acréscimo de 1/3 em razão da causa de aumento do parágrafo 4º do artigo 121 do Código Penal (crime praticado

contra pessoa menor de 14 anos), o que resultou a pena final de 24 anos, 02 meses e 10 dias de reclusão. [...]

Por sua vez, colhe-se da sentença (fls. 66/67):

[...] Na primeira fase de dosimetria, atendendo ao disposto no artigo 59 do Código Penal, verifico que as condições judiciais não se mostram favoráveis ao acusado, devendo a pena-base ser fixada acima do mínimo legal.

Cumpra observar primeiramente, que o acusado possui uma condenação por infração ao artigo 129, § 1º, inciso III, do Código Penal (fls. 304).

Além disso, a culpabilidade, a personalidade do agente, as circunstâncias e consequências do crime, ultrapassaram a previsibilidade do tipo penal, exigindo, assim, exasperação da reprimenda legal.

Outrossim, as circunstâncias que envolveram o crime em tela demonstram uma frieza emocional e uma insensibilidade exacerbada por parte do réu. É inconcebível qualquer mal-trato contra uma criança, que dirá matar um bebê de apenas 7 (sete) meses, ainda sendo o próprio filho. Tal fato choca o homem médio.

Portanto, diante das razões acima expostas, majoro a pena base em 1/3, o que resulta em 16 (dezesseis) anos de reclusão.

Como se trata de homicídio duplamente qualificado, a outra qualificadora do motivo torpe, é utilizada como circunstância agravante de pena, uma vez que possui previsão específica no artigo/61, inciso II, alínea "a", do Código Penal. Desse modo, elevo a pena em 1/6, o que resulta em 18 anos e 08 meses de reclusão.

Pelo fato do réu ostentar a qualidade jurídica de genitor da vítima, majoro a pena em mais um 1/6, resultando em 21 anos, 09 meses e 10 dias de reclusão.

Deixo de aplicar a atenuante da confissão, uma vez que esta Magistrada entendeu que ela não se fez presente. Com efeito, o réu disse que não se lembra de como teria matado o filho.

Por outro lado, tendo em vista a menoridade relativa do réu, diminuo a pena de um sexto, resultando em 18 anos, 01 mês e 23 dias de reclusão.

Por fim, na última fase de aplicação de pena, verifica-se a presença da causa de aumento prevista na parte final do parágrafo quarto, do art. 121 do Código Penal, pelo fato do homicídio doloso ter sido praticado contra pessoa menor de 14 anos, então aumento a pena em 1/3, o que resulta em 24 anos, 02 meses e 10 dias de reclusão.

Não havendo outras modificadoras, torno definitiva a reprimenda acima qualificada.

Como se vê, as instâncias ordinárias justificaram o aumento da pena-base em 1/3, tendo em vista a negatização dos maus antecedentes, da culpabilidade, personalidade, circunstâncias e consequências do crime.

Ressaltaram que o crime foi praticado com *uma frieza emocional e uma*

insensibilidade exacerbada por parte do réu. E inconcebível qualquer mal-trato contra uma criança, que dirá matar um bebê de apenas 7 (sete) meses, ainda sendo o próprio filho. Tal fato choca o homem médio, sendo que a condenação pretérita se configura por lesão corporal cometida contra o próprio avó, demonstrando elementos que fogem à mera previsão do tipo penal e autorizam o aumento.

Nesse sentido: HC 541.177/AC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 12/02/2020; AgRg no HC 506.187/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 27/06/2019; e REsp 1582632/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 11/05/2017.

Além disso, no delito de homicídio, havendo pluralidade de qualificadoras, uma delas indicará o tipo qualificado, enquanto as demais poderão indicar uma circunstância agravante, desde que prevista no artigo 61 do Código Penal, ou, residualmente, majorar a pena-base, como circunstância judicial (AgRg no REsp n. 1.644.423/MG, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 7/3/2017, DJe 17/3/2017).

Por outro lado, quanto à confissão, o Juízo 1º grau assinalou que não foi visualizado hipótese permissiva, porque *o réu disse que não se lembra de como teria matado o filho.*

Na mesma linha, o Tribunal *a quo* não reconheceu a atenuante da confissão, apesar de consignar que *o réu admitiu em plenário que apenas agrediu violentamente o filho, acreditando tê-lo matado, afirmando, porém, que de nada se lembrava, pois estava alcoolizado e sob efeito de drogas, buscando, assim, minimizar sua conduta*, bem como que as palavras do réu possibilitaram o reconhecimento da autoria. Assim não procede afastar a incidência da atenuante, porque deveria ter sido dada de forma sincera e completa.

Consoante a jurisprudência desta Corte para o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea é necessário que o réu admita a prática de fato criminoso, ainda que de maneira parcial, qualificada ou até mesmo extrajudicial, havendo, portanto, ilegalidade no acórdão impugnado nesse ponto. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
HOMICÍDIO QUALIFICADO. BIS IN IDEM NA FIXAÇÃO DA
PENA-BASE. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE.
DESPROPORCIONALIDADE DO QUANTUM DE AUMENTO.

PATAMAR CONSENTÂNEO COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO INCIDÊNCIA. RÉU NÃO ADMITIU A PRÁTICA DO ATO CRIMINOSO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos dos artigos 282, incisos I e II c/c 312 do CPP.

2. A alegação aventada pela defesa de indevido bis in idem não se sustenta, dado que não se refere à real dosimetria imposta nos autos, o que atrai a incidência da Súmula n. 284 do STF.

3. No que tange ao patamar de majoração da pena-base, verifica-se que o Magistrado de primeiro grau utilizou a fração de 1/6 para cada circunstância judicial desfavorável, razão pela qual, diante da avaliação negativa da culpabilidade, das circunstâncias e do motivo do delito, elevou a pena de 12 para 18 anos de reclusão, exasperação que encontra guarida na orientação jurisprudencial desta Corte Superior de Justiça.

4. A jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça salienta que, "[p]ara o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea é necessário que o réu admita a prática de fato criminoso, ainda que de maneira parcial, qualificada ou até mesmo extrajudicial" (AgRg no RHC n. 107.606/ES, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 24/5/2019), o que não ocorreu nos autos.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 1176811/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 02/09/2019)

HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA DA PENA. (I) REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. (II) CONFISSÃO ESPONTÂNEA. RECONHECIMENTO APENAS DO CONTRATO DE TRANSPORTE. ATENUANTE DEVIDAMENTE AFASTADA.

1. Na esteira da orientação jurisprudencial desta Corte, por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do Magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório. 2. Ademais, "a exasperação da pena deve estar fundamentada em elementos concretos extraídos da conduta imputada ao acusado, os quais devem desbordar dos elementos próprios do tipo penal. Assim, meras alusões à gravidade em abstrato do delito, à potencial consciência da ilicitude, ao perigo da conduta, à busca do lucro fácil e outras generalizações sem lastro em circunstâncias concretas não podem ser utilizados para aumentar a pena-base" (HC 353.839/PB, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca,

Quinta Turma, julgado em 02/06/2016, DJe 08/06/2016). 3. Na espécie, o magistrado sentenciante afirmou ser acentuada a culpabilidade do paciente, tendo em vista que o crime foi cometido de modo premeditado, evidenciado ganância excessiva, não se importando o paciente com a considerável distância a ser percorrida ou com os riscos do trajeto. Além disso, destacou que as circunstâncias dos acontecimentos demonstraram a participação do acusado em grupo extremamente organizado, conclusão extraída do alto valor do transporte utilizado pelo réu, bem como diante do elevado montante pago pelo serviço prestado. Tal fundamentação se mostra adequada, pois extrapola os elementos inerentes ao tipo incriminador, anunciado o maior grau de reprovabilidade da conduta do acusado e menosprezo especial ao bem jurídico violado.

Precedentes.

4. O legislador ordinário não estabeleceu percentuais fixos para nortear o cálculo da pena-base, deixando a critério do julgador encontrar parâmetros suficientes a desestimular o acusado e a própria sociedade a praticarem condutas reprováveis semelhantes, bem como a garantir a aplicação da reprimenda necessária e proporcional ao fato praticado. Desse modo, as circunstâncias do caso concreto, conjugadas com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade nortearão o sentenciante na escolha do patamar de aumento de cada circunstância judicial negativa.

5. Na espécie, o magistrado sentenciante, respeitando os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem como aos pormenores da situação em desfile, aumentou a reprimenda em 3 (três) anos acima do mínimo legal à conta da circunstância judicial da culpabilidade, bem como diante da quantidade de substância entorpecente apreendida - 700,600 kg (setecentos quilogramas e seiscentos gramas) de maconha.

6. A quantidade de substância ilícita apreendida configura-se, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, circunstância preponderante na fixação da reprimenda. Desse modo, não há teratologia no cálculo da reprimenda a justificar a concessão da ordem.

7. O reconhecimento da atenuante genérica prevista no art. 65, III, "d", do Código Penal exige que o réu confesse os fatos pelos quais está sendo devidamente processado.

8. No caso, o paciente admitiu ter sido contratado para o transporte do caminhão, porém negou conhecer a existência da substância estupefaciente, versão afastada ao longo da marcha processual, em cognição vertical e exauriente. Assim, evidente que o acusado confessou conduta diversa daquela que cometeu, apresentando versão desconexa da realidade, com o nítido intuito de afastar a punição e de dificultar a apuração da verdade real.

9. Habeas corpus denegado.

(HC 326.526/MS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 17/04/2017)

Diante disso, passa-se a nova dosimetria.

Fixada a pena-base em 16 anos, na segunda fase foi elevada em 1/6,

pela agravante do motivo torpe, para 18 anos e 8 meses, novamente aumentada, pela mesma fração, por ser o impetrante genitor da vítima, chegando a 21 anos, 9 meses e 10 dias de reclusão. A pena foi atenuada em 1/6 para 18 anos, 1 mês e 23 dias, por causa da menoridade relativa, e é mais uma vez diminuída em 1/6 pela atenuante da confissão, resultando na pena de 15 anos, 1 mês e 14 dias de reclusão.

Por fim, aumenta-se em 1/3, em razão da causa de aumento prevista no art. 121, parte final do § 4º, do CP, homicídio doloso contra menor de 14 anos, alcançando a pena o patamar final de 20 anos, 1 mês e 28 dias de reclusão.

Fica mantido o regime fechado.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para fixar a pena definitiva de 20 anos, 1 mês e 28 dias de reclusão, em regime inicial fechado, mantidos os demais termos da condenação.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator